

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ROMÊNIA DA SILVA MENESES

IMPERATRIZ-MA
2021

ROMÊNIA DA SILVA MENESES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como exigência para a conclusão do Curso.

Orientador (a): Prof. Dr. José Edilmar de Sousa

**IMPERATRIZ-MA
2021**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Silva Meneses, Romênia.

Educação Ambiental no Processo de Desenvolvimento da
Educação Infantil / Romênia da Silva Meneses. - 2021.

45 f.

Orientador(a): José Edilmar de Sousa.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - Ma, 2021.

1. Bibliográfica. 2. Educação Ambiental. 3.
Pesquisa. I. de Sousa, José Edilmar. II. Título.

ROMÊNIA DA SILVA MENESES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESO DE DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como exigência para a conclusão do Curso.

Aprovada em: 04 / 10 / 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Edilmar de Sousa (orientador)

Profa. Msc. Camila Rodrigues Viana

Prof. Esp. Carlos Humberto Silva de Sousa

A minha mãe, minha tia Erisete, meus filhos Miguel e Laura, que foram os que me incentivaram para que fosse possível a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que é quem eu sempre entrego minha vida, sonhos e projetos.

A minha mãe, Maria Elza da Silva Meneses pelo amor, contribuição e dedicação que sempre fez o possível para que eu tivesse uma boa educação.

Ao meu tio Erivaldo Barbosa e as minhas tias Elisangela Barbosa e Erisete Barbosa da Silva que sempre estiveram e estão presentes na minha vida e sabem de toda importância dessa conquista.

A minha vizinha, Glória Eulina Barbosa da Silva, que me deu amor, apoio e que sempre esteve muito presente na minha vida, mas infelizmente hoje não está entre nós.

Aos meus filhos Miguel Constantino Meneses Castro e Laura Ayres Meneses que foram as minhas fontes de inspiração e a maior motivação para que eu pudesse ter força e determinação para concluir essa etapa.

As minhas amigas da graduação e da vida Lorena Ferraz e Ainoã Santos que vivenciamos juntas essa oportunidade que Deus no proporcionou.

Aos amigos que já concluíram: Patrícia Carvalho, Jackeline Carvalho, Jayan Baptista, Gessika Moraes, Debora Santos, Mariana Campos, Camila Rodrigues, Ticyane Franco, Daniela Chagas, Deglisson Xavier, Danilo Martins e Michel Nogueira pelas histórias vividas , viagens e amizades. A turma dos Jogos Universitários e Congressos, por terem participado de uma das melhores épocas da minha vida, a minha gratidão.

A minha amiga, Mestre e Doutora Ana Carla Rios que é fonte de inspiração pra minha vida.

À turma 2008.1 do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, que muito contribuíram com conversas, histórias e partilha de conhecimento.

Ao meu orientador José Edilmar de Sousa, poeta, Doutor, sempre muito didático e objetivo, que apesar do pouco tempo, pude aprender muito e alguns valores que serei eternamente grata pelo apoio, parceria e dedicação. E à todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, em especial aqueles que sempre impulsionaram para o meu crescimento pessoal: Raquel de Moraes, Dijan Sousa, Herli de Sousa Carvalho, Simone Omiziolle e Camila Rodrigues.

“A responsabilidade social e a preservação ambiental significa um compromisso com a vida.”

(João Bosco da Silva)

RESUMO

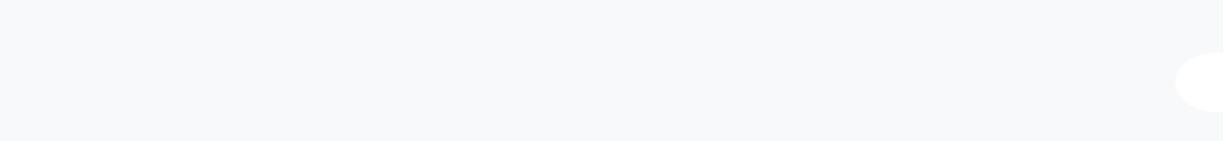
Este trabalho trata de questões ambientais no âmbito educacional, que teve como objetivos investigar e analisar o trabalho desenvolvido junto as crianças da educação infantil no que se refere as questões ambientais, contexto histórico e o conceito da educação ambiental. A partir de uma abordagem qualitativa, enfoque fenomenológico e pesquisa bibliográfica. Ao pesquisar, constatamos que a maior parte das atividades relacionadas a escola, no segmento da educação infantil sobre EA estão voltadas para soluções imediatistas. O aspecto facilitador desse trabalho foi observar como os autores abordam esse assunto, trazendo sempre uma contextualização para compreender a importância da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Pesquisa. Bibliográfica.

ABSTRACT

This work deals with environmental issues in the scope educational, which aimed to investigate and analyze the work developed with children in kindergarten regarding environmental issues, historical context and the concept of environmental education. From a qualitative approach, phenomenological approach and bibliographic research. When researching, we found that most activities related to school, in the early childhood education segment on AE, are focused on immediate solutions. The facilitating aspect of this work was to observe how the authors approach this subject, always bringing a context to understand the importance of Environmental Education.

Keywords: Environmental education. Search. Bibliography.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONTEXTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	14
2.1 Principais conferências internacionais	16
2.2 Trajetória da Educação Ambiental no Brasil.....	23
3. LEVANTAMENTO BIBLIOGRAFICO: CONSIDERAÇÕES PERTINENTES ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DA EA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	30
3.1 O ensino da educação ambiental na prática docente na educação infantil.	32
3.2 O desafio da educação ambiental na educação infantil	34
4. ANÁLISE E DICUSSÕES DOS RESULTADOS	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a contribuição da educação ambiental no processo de desenvolvimento das crianças da educação infantil que deve ser trabalhada continuamente no âmbito educacional, pois é através da educação que o ser humano obtém conhecimento de mundo, além de construir uma visão favorecedora do bem-estar da sociedade em uma totalidade gratificante para todos.

Nesse contexto de construção de conhecimento, o homem foi modificando o seu modo de se relacionar com o meio ambiente e a partir daí foram surgindo questões ambientais, que não pode deixar de ser tratada e que historicamente foi modificando o seu modo de se relacionar com o meio ambiente.

Inicialmente nós temos um homem dentro do próprio ambiente que a partir de um certo desenvolvimento teocêntrico não se percebe dentro dele, pois ao destruir a natureza ele está se autodestraindo. O que vai acontecer com esse movimento de tomada de conscientização da questão ambiental é justamente essa consciência de que o homem é parte do ambiente e ele precisa reconstruir essa relação como alguém de dentro da natureza, ou seja, alguém que é parte do ambiente, e que ele precisa cuidar dela para se se autopreservar, e a partir desse cuidado entra a importância dos processos educativos.

Neste sentido o **objetivo geral** foi analisar de acordo com os autores, como vem sendo desenvolvido junto as crianças da educação infantil no que se refere as questões ambientais, e como objetivos **específicos**:

- ✓ descrever o contexto histórico global e o conceito da educação ambiental; identificar como as questões ambientais têm afetado as crianças, e por fim;
- ✓ descrever os desafios e as praticas pedagógicas dos docentes na educação infantil.

O trabalho foi fundamentado na seguinte problemática: Como a temática da Educação Ambiental na Educação infantil vem sendo abordada de acordo com os pesquisadores Loureiro, Grun, Pedrini, Moraes, Jacob e Carvalho?

O tema surgiu da necessidade e da inquietação de compreender como tem sido trabalhada a questão ambiental em uma instituição de Educação Infantil, uma vez que a partir de algumas vivências laborais em que temos podido observar o trabalho, consideramos que as práticas pedagógicas desenvolvidas têm se reduzido a algumas poucas discussões em datas comemorativas.

A relevância dessa pesquisa está na mediação do professor que é muito importante nesse trabalho com as crianças, pois acreditamos que o educador juntamente com ações pedagógicas busca manter o respeito pelas diferentes espécies do nosso habitat.

Neste contexto de construção, na busca de respostas para situações cotidianas dentro da educação infantil, foi adotada uma abordagem qualitativa na qual está fundamentado em Teixeira (2005, p.137).

A pesquisa qualitativa tem as seguintes características: o pesquisador observa os fatos sob a óptica de alguém interno à organização. A pesquisa busca uma profunda compreensão do contexto da situação. A pesquisa enfatiza o processo dos acontecimentos, isto é, a sequência dos fatos ao longo do tempo.

De acordo com essa abordagem escolhida, o enfoque fenomenológico permitiu que o objetivo fosse alcançado. “O enfoque fenomenológico trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto. Desvendar o fenômeno além da aparência” (MASINI, 1989, p. 64). E conscientes da importância do enfoque adotado e sua complexidade foi salutar a importância do método dedutivo em todo o processo de realização desta pesquisa. (OLIVEIRA, 2008, p. 49).

O método dedutivo é sempre definido como sendo o procedimento de estudo que vai do geral para o particular ou, melhor dizendo, parte-se dos princípios já reconhecidos com verdadeiros e indiscutíveis para se chegar a determinadas conclusões.

Prosseguindo no caminho metodológico, partindo da necessidade científica do objeto de estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, sobre a qual Oliveira (2008, p. 69) afirma que “A principal finalidade da Pesquisa Bibliográfica é levar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo”. Portanto, a pesquisa bibliográfica é fundamental na prática de investigação, pois através dos registros publicados por teóricos, o

investigador tem a oportunidade de encontrar respostas às dúvidas referente ao tema e os procedimentos do pesquisador para realizar as investigações com embasamento crítico e analítico.

O estudo realizado foi estruturado em 3 capítulos e subcapítulos. O primeiro é a introdução na qual fazemos a explanação do tema, justificativa, relevância, objetivos, problemática, metodologia e a organização dos tópicos.

No Segundo capítulo, fizemos um breve histórico do surgimento da educação ambiental no contexto social, além de delinear as principais conferências internacionais e a trajetória da educação ambiental no Brasil.

No terceiro capítulo descrevemos a análise teórica do levantamento bibliográfico pesquisados em livros. No 4º capítulo que são as considerações finais enfatizo os objetivos que foram almejados e os principais fatores que se destacaram ao longo da pesquisa. Entre os meios possíveis de investigação, a pesquisa é de natureza bibliográfica com possibilidade para pesquisa e desenvolver uma pesquisa de campo.

No 5º capítulo que são as considerações finais, enfatizo os objetivos que foram almejados e os principais fatores que se destacaram ao longo da pesquisa.

2. CONTEXTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este capítulo teve como objetivo apresentar o que é Educação Ambiental, explicando através: de base teórica, documentos oficiais, tratados e conferências.

Segundo Sullivan (2004), no princípio das civilizações, em diversas ocasiões da história, o ambiente natural era utilizado somente para sobrevivência (pescar, caçar, extrair matérias primas), havia harmonia entre a natureza e o homem. Nessa época, o capitalismo não fazia parte da visão de mundo do indivíduo, porém, com o crescimento populacional, ciência e tecnologia essa percepção aos poucos passaram a serem modificadas, pois a busca pelo poder tornou-se algo fundamental na vida do ser humano.

O pensamento que o autor relatou nos leva a perceber que a relação do homem com o meio ambiente era muito mais harmoniosa. Já Pedrini, vamos perceber essas relações se modificando devido ao interesse econômico, pois de acordo com ele (2006) o interesse econômico trouxe reflexo negativo ao ambiente de tal modo que, tempo atrás se retirava uma árvore para construir pequenas casas e cozinhar alimentos etc., atualmente retiram-se centenas, sem falar que, milhares de indivíduos geram toneladas de lixo todos os dias.

Considerando esse contexto histórico sobre a relação harmoniosa do homem com o meio e a ascensão do capitalismo, a educação ambiental foi se tornando necessária no sentido de reconstruir essa relação. Grun (1996), inicia essa abordagem relatando as primeiras ações que causaram grande impacto no ambiente, que aconteceram especificamente no ano de 1945 quando o Deserto de *Los Alamos*, Novo México e Estados Unidos, utilizou como cenário de explosão experimental bombas que foram testadas, sob a liderança do físico R. Oppenheimer.

Após as primeiras experiências, no dia 6 de agosto de 1945 às 8 horas e 15min da manhã, a bomba atômica “Little boy” foi lançado sobre Hiroshima por um bombardeiro B-29 americano, o *Enola Gay*, da qual fez-se equivalente 140 mil vítimas, três dias depois no dia 9 de agosto a “*Fat Man*” uma bomba da mesma espécie caiu sobre Nagasaki, cerca de 80 mil pessoas foram mortas. Para Woster (1992) a bomba podia ser considerada ferramenta causadora de grandes catástrofes ambientais e sociais.

Os impactos causadores foram prejudiciais a degradação ambiental, mas ainda não tinha se tornado uma temática tão preocupante, mas os índios norte-americanos por estarem diretamente ligados ao meio ambiente, perceberem mudanças agravantes no ambiente natural e desenvolveram a primeira ação preventiva, uma vez que as máquinas e indústrias estavam adentrando no meio ambiente de maneira ativa.

O cacique indígena norte-americano Seattle, em 1854, foi o pioneiro a se preocupar e contextualizou mostrando que se os índios conseguiam viver de maneira saudável e felizes, sem destruir as leis da natureza, o homem branco também conseguiria.

Partindo dessa preocupação pertinente dos indígenas, surgiu uma outra personagem marcante no que se refere a trajetória da Educação Ambiental, conhecida como Raquel Carson que desencadeou a maior revolução ecológica dos Estados Unidos e do mundo. Ela conseguiu despertar em sua obra "*Primavera Silenciosa*" em 1962, o descaso com o meio ambiente, trazendo no contexto, a morte de pássaros provocada pela contaminação de inseticidas; fato este que afetou a população de países desenvolvidos (Estados Unidos). Podemos perceber que a iniciativa dela despertou uma visão crítica e analítica na sociedade referente ao mau uso dos recursos químicos e sua ação sobre a natureza.

Nos anos seguintes foram surgindo outras publicações individuais individuais de movimentos e intercessões do homem no mundo, como por exemplo: O *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley (1996), a obra alertava a humanidade sobre os riscos de uma sociedade alienada pelo cientificismo clássico distante dos processos sociais e colocando uma série de interrogações sobre o futuro da humanidade e da natureza, ou seja, a publicação divulgava de forma alarmante do crescimento exponencial da população mundial e a inviabilidade da vida no planeta em um curto período de tempo. (GRUN, 1996, *apud*. CARVALHO, 2006).

Percebe-se que aos poucos surgiam indivíduos preocupados com o bem-estar da humanidade e com o meio ambiente e, paralelamente muitos se manifestavam de maneira individual, e na medida que as preocupações iam aumentando começaram a surgir grupos, tratados, encontros e conferências.

Nas conferências, tratados e encontros percebemos que o homem não estava se relacionando, ele estava tendo relação destrutiva com o meio ambiente,

onde precisou discutir formas e alternativas para melhorar essa relação. E essas alternativas foram pensadas através de processos educativos, que do qual sabemos que a educação é uma via de reconstrução dessa relação do homem com o ambiente.

2.1 Principais conferências internacionais

As discussões nesse subcapítulo iniciaram no século XX que foi o período que se tornou um marco para preservação do meio ambiente, por ter ocorrido inúmeros encontros, tratados, reuniões e conferências, todos fundamentados no interesse de estabelecer metas em prol da qualidade de vida global (PEDRINI, 2011).

Antes da realização dos principais encontros sobre o meio ambiente, em abril de 1968, em uma vila de Roma - Itália, foi constituído um rico documento que ficou conhecido como Relatório *Meadows*, que tratava de impactos sobre o meio ambiente.

A primeira conferência realizada ocorreu em 1972 na cidade de Estocolmo, Suécia. Ela reuniu 113 países, 19 órgãos governamentais e 400 ONGS (Organizações não governamentais), e teve como objetivo debater os graves obstáculos mencionado na Carta de *Medows* que assolavam o mundo.

Para Loureiro (2006), essa conferência assumiu um delineamento interdisciplinar, crítico e prático por meio de uma relação mais equilibrada entre homem e meio ambiente, conquistando duas novas e importantes características: o de ser um “assunto oficial” e o de possuir “importância estratégica”. Podemos afirmar que pela primeira vez, representantes do governo uniram-se para buscar soluções para combater a degradação ambiental, consequentemente utilizaram o termo desenvolvimento sustentável como um modelo a ser atingido por todas as nações (CARVALHO, 2006).

Em meio aos interesses solucionadores a Educação Ambiental tornou-se uma ferramenta essencial, por fazer uso de métodos e estratégias capazes de modificar a visão de mundo de uma nação, ou seja, enfatiza a priorização em reordenar suas necessidades básicas de sobrevivência na Terra.

Entre estes eventos relevantes, A Conferência de Estocolmo foi marcada pelo confronto e as perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Dentre os países desenvolvidos estavam os Estados Unidos, Rússia, Japão entre outros. Todos passaram a propor um Programa Internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, pregando quais as medidas preventivas teriam que ser encontradas imediatamente, para que os desastres futuros fossem evitados. Por outro lado, os países em desenvolvimento argumentavam que se encontravam assolados pela miséria, com graves problemas de moradia, saneamento básico, atacados por doenças infecciosas e que necessitavam desenvolver-se economicamente, e rapidamente (MAY; LUSTOSA, 2003). Mas nada muito significativo foi feito pra amenizar essas necessidades urgentes.

Logo em seguida na Conferência de Estocolmo em 1975, aconteceu outra Conferência em Belgrado, Iugoslávia e, na oportunidade, foi elaborado um documento conhecido como Carta de Belgrado. De acordo com Pedrini (2011), essa carta preconizava uma nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humana. Censurava o desenvolvimento à custa de outros, buscando um consenso internacional. A carta sugeriu ainda a criação de um Programa Mundial em Educação Ambiental esse Programa tinha como objetivo desenvolver novos conceitos e habilidades, valores e atitudes, afim de melhorar a qualidade ambiental e conseqüentemente a elevação da qualidade de vida das gerações futuras.

Com intuito de contribuir de forma gradativa com a implantação da Educação Ambiental, a Conferência de Belgrado reuniu vários profissionais especialistas em educação ambiental de 65 países em um evento. Segundo Jacobi (2004) a conferência cooperou com o uso lúcido e instrutivo sobre o meio ambiente, através de valores e ações, para o homem desenvolver habilidades que pudesse ser usada de maneira consciente e eficiente nos recursos naturais, elevando a qualidade de vida atual e das gerações futuras. Significa dizer que, o Encontro de Belgrado fixou as metas e objetivos para que a EA começasse a delinear melhor seu âmbito e conteúdo.

Em meio ao processo de defesa do meio ambiente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) o Programa

Internacional de Educação Ambiental (PIEA), produziu publicações que retratavam experiências bem sucedidas, ocorridas em várias partes mundo, visam desenvolvê-las em regiões menos favorecidas, Contudo, Pedrini (2011) ressalta que uma das melhores publicações foi a de *Donella H. Meadows*, por ter apresentado uma síntese e conceitual metodológica em EA e estudos de caso tanto em países desenvolvidos como subdesenvolvidos. O PIEA realizou também cerca de 40 eventos, envolvendo cerca de 260 mil estudantes secundários e primários e dez mil professores e administradores. Portanto, a conferência de Belgrado traçou mais planos do que decisões.

Carvalho (2006) ressalta outra ocasião notável e relevante no processo histórico do desenvolvimento no modo de formar ideias referente a EA. A Conferência de Chosica, ocorrida no Peru em 1971 que também possui uma parcela importante nesse contexto e, embora não seja considerada uma das principais conferências, mas conseguiu atingir seus objetivos com relação aos problemas enfrentados pelos países latino, tais como: Cuba, Panamá, Peru e Venezuela, além de observadores do Brasil, Argentina e Uruguai.

Observamos que novamente foram debatidos os pontos principais para que fosse colocado em prática ideias e soluções, porém os resultados ainda são poucos. quando Carvalho (2006) relata sobre a *Conferência de Chosica* ele fundamenta na ideia que deveria acontecer soluções simples e prática, para problemas elementares relacionados à sobrevivência humana, apesar de ter tratado sobre pontos relevantes, para os países latinos e ter reunido uma quantidade precisa de participantes essa Conferência não teve tanta repercussão, pois quanto menos desenvolvidos são os países menor são os interesse.

Anos depois surgiu a Conferência de Tbilisi na Georgia, considerada pelos estudiosos ambientalistas a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, notamos que ela congregou especialistas do mundo inteiro para discutirem diferentes propostas de EA, contribuindo para uma maior compreensão de sua natureza, funcionamento e características básicas.

Ao adotar um enfoque global, na Conferência de Tbilisi, foram formuladas 41 recomendações que primava pela união internacional dos esforços para o bem comum, tendo a EA como fator primordial para que a riqueza e o desenvolvimento dos países fossem atingidos mais igualmente. Além de incluir em discussões,

assuntos e metodologias sobre atividades ambientais contextualizados nos seus países; intensificar trabalhos de pesquisas científicas sobre EA; estimular o governo a promover intercâmbios, de experiências, pesquisas entre outros; fortalecer laços apoiadores para promover a paz entre os povos e culturas nos países. Conforme Rocha (2012),

Em Tbilisi, delineou-se a dimensão de possibilidades de trabalhos sobre EA. Levantou discussões, dando ideias bem claras da amplitude e dos possíveis resultados alcançados em um trabalho de EA, contendo metas realizáveis. Neste caso percebemos uma meta alcançada.

Para Carvalho et al., (2006, p.43), os participantes da Conferência de Tbilisi deveriam “ajudar a criar uma consciência de independência econômica, política e ecológica do mundo moderno, com a finalidade de acentuar o espírito de responsabilidade e de solidariedade entre as nações”. Em outras palavras, pode-se dizer que, embora fosse claro que havia uma preocupação com a conscientização ambiental, o foco dos discursos não eram precisamente a educação ambiental, mas sim a centralização da “Nova Ordem Mundial” que tinha como meta dividir os países em: ricos, emergentes e pobres, esquecendo-se praticamente da exploração capitalista dos países do Norte sobre os países do sul.

Durante a conferência de Tbilisi, falou-se muito sobre a necessidade de paz e segurança da vida a nível Mundial, mas as discussões foram insuficientes no que se refere a questão de almejar essa paz e segurança, gerando uma grande lacuna entre a teoria e prática. Consequentemente a educação ambiental, passou ser vista como uma prática filosófica, despertou a reflexão crítica da sociedade, em busca de mudanças na mentalidade das pessoas em relação ao meio ambiente, levando-as melhorar a qualidade de vida prevenindo os problemas ambientais e buscando minimizar os riscos ambientais existentes.

Seguindo uma sequência cronológica dos acontecimentos tivemos em agosto de 1987, em Moscou a terceira conferência no contexto global, por envolver quantidade de países significativos, o encontro reuniu cerca de trezentos profissionais ambientalistas, o que sem dúvidas sugeriram novas ideias para promover mudança nos padrões de vida e orientação referente ao meio ambiente.

Segundo Rocha (2012), a Conferência de Moscou teve como tema O Congresso Internacional de Educação e Formação Ambiental, onde foram discutidos

o progresso e as dificuldades encontradas na implantação do programa de EA de vários países. Ao final do Congresso, foi elaborada por mais de 300 especialistas de 100 países um documento intitulado “Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio de 90”.

Essa Conferência não trouxe abordagens novas, com relação as de Tbilisi, mas reforçou e modernizou os assuntos tratados. Através dos registros documentados foi reforçado o conceito de Educação Ambiental e apontado sugestões para que todos os participantes da sociedade com suas habilidades, nas complexas e múltiplas tarefas de melhoria das relações das pessoas com seu meio ambiente (...) ela deve proporcionar os conhecimentos científicos e tecnológicos aos cidadãos. Carvalho (2006)

Percebe-se que a Conferência de Moscou teve como objetivo indicar uma metodologia e diagnóstico de ação para década de 1990, as quais desenvolveriam os seguintes itens:

Desenvolvimento de um modelo curricular; intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento de currículo; desenvolvimento de novos recursos instrucionais; promoção de avaliações de um modelo curricular; capacitar docentes e licenciados em EA; capacitar alunos de cursos profissionalizantes, priorizando o de turismo pela sua característica internacional; melhorar a qualidade das mensagens ambientais veiculadas pela mídia ao grande público; criar um banco de programas audiovisuais; desenvolver museus interativos; capacitar especialistas ambientais através de pesquisa; utilizar unidades de conservação ambiental na capacitação regional de especialistas; promover a consultoria interinstitucional em âmbito internacional; informar sobre a legislação ambiental, dentre outras medidas não menos importantes (PEDIRINI, 2011, p. 32).

Portanto os objetivos traçados em Moscou, promoveu um importante e grande marco na história da EA, pois trouxe em pauta, medidas e soluções mais praticas e inovadora.

E em meio às adequações mundiais, logo em seguida trazendo pautas semelhantes, questionadoras e objetiva sobre a temática ocorreu sobre a educação em 1992 a Conferência Mundial no Brasil (RIO-92), e reuniu 170 países onde foi assinado um contrato que reconhecia a educação como um elemento transformador das ações do homem por ter a capacidade de conscientizar a humanidade para viver de forma justa, organizada e harmoniosa com o meio ambiente (LOUREIRO, 2006).

Ressalta-se também a participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) na RIO-92 com a discussão sobre o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, onde afirmaram ser a educação capaz de transpor valores e atitudes transformadoras assim como, a educação ambiental teve respaldo de parcerias de países para que o processo de ensino acontecesse com a utilização de métodos adequados e os profissionais da educação fossem capacitados para atender as necessidades da sociedade e do meio ambiente.

Durante o evento foram realizados debates que culminaram na elaboração de documentos oficiais como: Agenda 21; Convenção da Biodiversidade; Convenção de Mudanças Climáticas e Declaração de princípios sobre Florestas; Carta da Terra; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

A constituição da Agenda 21 Brasileira (1997-2002) teve o apoio de 40 mil participantes, constitui um dos principais documentos, esse documento é na verdade um plano detalhado de ações que tem como meta a conscientização do consumo e produção em escala mundial, diminuindo a erosão ambiental, sem deixar de atender às necessidades básicas da humanidade. A China foi o primeiro país do mundo a adotar uma Agenda 21 local, no entanto não segue, pois é um país poluente que vem crescendo exaustivamente, existem hoje mais de 150 países no mundo que já adotaram as suas Agendas Locais.

De acordo com Pedrini (2011) que foi um autor que construiu e difundiu conhecimento em EA relatou que o documento mencionado anteriormente, conhecido como a Convenção da Biodiversidade foi autenticado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ele teve como intuito proteger a diversidade biológica, o uso correto de seus elementos e a divisão uniforme dos recursos genéticos, propondo assim normas e princípios para cuidar do uso da diversidade biológica, em cada país.

As áreas protegidas estão relacionadas à biotecnologia, ecossistema, habitats naturais, diversidade biológica, material genético, animal ou vegetal e organização regional de integração econômica. O Brasil foi o primeiro país a assinar esse tratado seguido de 152 países. Porém os Estados Unidos, governado na época

pelo presidente George W. Bush assinou o documento um ano após a emissão dele. Alegação da não aceitação imediata se deu devido a possíveis perdas financeiras.

Seguindo a ordem dos tratados citados, segundo Henrique (2011), a Convenção do Clima teve como meta principal diminuir o efeito estufa na atmosfera para coibir mudanças no sistema climático. A Convenção do Clima foi instituída em 1994, onde cada país teria que se comprometer a diminuir proporcionalmente a sua emissão de gases poluentes, de acordo com seu histórico de emissão. Esse princípio tem como pauta a proteção e o uso sustentável das florestas em geral.

Desta maneira, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global, um dos documentos de fundamental relevância formulado e discutido na ECO-92, garantiu os princípios de EA para uma sociedade sustentável. Este tratado atendeu ao âmbito da sociedade civil, no qual reconheceu a educação ambiental como um processo político, dinâmico e se preocupou com as transformações sociais, bem como delimitou princípios e planos de ações, visto que mantinha relação entre as políticas públicas de educação e sustentabilidade.

Três anos após a Conferência realizada no Rio de Janeiro (ECO-92), na cidade de Berlim, na Alemanha, realizou-se a primeira reunião que tratou diretamente sobre o efeito estufa global, a Convenção - Quadro sobre Mudança quanto a decisões a serem assumida por nação, com o propósito em diminuir a do Clima (em inglês é conhecida como UNFCCC), ou Conferência das Partes também conhecida como COP1.

Entre os temas tratados foi abordado a emissão de gases poluentes que ocasionam o efeito estufa. Os países presentes na reunião tomaram a decisão de criar o Mandato de Berlin, que predeterminou dois anos de análises e verificações sobre o assunto. Nos debates chegou-se a um consenso de elaboração de instrumentos que deveriam ser usados como base pelos países de acordo com as necessidades específica (HENRIQUES, 2011).

As Conferências das Partes foram realizadas em países diferentes, a segunda foi sediada em Genebra, Suíça em junho de 1996 Conferência das Partes duas (COP2), nessa ocasião ocorreram debates sobre o efeito estufa, conforme o relatório do Painel intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado

em 1995. Na COP2 foi determinado que cada país presente teria que encontrar soluções, que melhor conviesse para a diminuição de gases poluentes.

Sequencialmente no Japão na cidade Quioto em dezembro de 1997, realizou-se a Conferência das Partes ela ocorre anualmente, com duração em média de 10 dias, organizada pela ONU que tem como objetivo o que relata no Protocolo de Quioto, atingir conciliação e questões internacionais, para criar termos para reduzir a emissão de gases na atmosfera, em específico os países mais poluentes, como os Estados Unidos da América que é responsável por 25% das emissões de gases.

O Protocolo de Quioto buscou maneiras de crescimento em quantidade mais reduzida aos países em pleno desenvolvimento. Foram inseridas nos documentos planos e objetivos para redução de gases poluentes, as metas foram estipuladas para os países que tem o maior índice de emissão de gases, além de contestar medidas de redução de gases, procurar métodos procedentes do petróleo para trocar por outro menos prejudicial ao meio ambiente. Com base nesses encontros a questão ambiental percorreu todo o mundo e alcançou o Brasil de tal forma que passou a ter mais preocupação com essa temática.

2.2 Contexto histórico da Educação Ambiental no Brasil

No Brasil a educação ambiental iniciou-se hostilizada (LOUREIRO, 2006). A execução da EA se manifesta desordenada, quando se refere à exposição de eventualidades ou a títulos acadêmicos. Mas os acontecimentos que nortearam as conferências trouxeram significativas repercussões no cenário brasileiro, pois o Brasil se proferiu a frente dos acordos, documentos e conferências tratadas no contexto global como relatados anteriormente.

A partir da década de 70 que as discussões sobre os problemas ambientais no Brasil se encadearam, no entanto, o progresso da EA no Brasil se deu na década de 1980. Em 1988, pela primeira vez a EA foi mencionada em uma constituição brasileira, inciso VI do artigo 225 do capítulo VI do Meio Ambiente que do qual ressalva que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente

equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A EA foi estabelecida no Brasil pela Lei 6.938, sancionada a 31 de agosto de 1981, onde foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Ela foi sancionada na época da ditadura militar e foi considerada uma grande conquista, pois marcou o processo histórico e oficial de proteção ambiental brasileira (COSTA, 2001). Tendo em vista que não foram apenas os ambientalistas que desencadearam o processo histórico de evolução da EA, os políticos foram fundamentais para a culminância coletiva de vários debates, encontros e conferências ocorridas ao longo dos anos.

O Brasil é rico quando se refere ao elemento natureza e bens coletivo e global. Nas conferências realizadas, o governo federal se posicionou de forma eufórica e de maneira inexplicável, o retrato da grande verdade é que estavam conduzidas em um paradigma de desenvolvimento costumeiro, onde quase sempre havia compromisso voltado aos fins lucrativos divididos para diversas partes envolvidas e abrangido.

No entanto nosso país teve postura assustadora onde foi e é notório observar que dentro da Conferência de Estocolmo realizada em 1972 o posicionamento do Brasil perante a questão ambiental foi respaldada de forma franca e nítida a não preocupação com o elemento natureza, poluentes e seus afluentes. Carvalho (2006, p.66) destaca um dos cartazes exposto liderado por manifestantes brasileiros:

Bem-vindo à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país sem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento.

A declaração exposta nos cartazes mostra a indignação de algumas instituições ambientalistas que subsistiram no período na Conferência de Tbilisi, diversas sequencias de pressões e reivindicações que não tinha muita capacidade de aceitação no Brasil começou a ter fora dele.

Até então a conferência de Tbilisi, o Brasil não teve muito que mostrar. Os mais importantes trabalhos alcançados pela Educação Ambiental no Brasil, não partiu da ordem pública, mas sim oriundos de atitudes individuais de grupos e ONGs ambientalistas, ou de alguns órgãos estaduais, tais como: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) no Rio de Janeiro, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) em São Paulo, Vigilantes do Meio Ambiente (VIMA) e a Agentes do Meio Ambiente (AMA). Com o passar dos anos, mais precisamente na década de 80, foram intensificando as manifestações e movimentos decorrentes de projetos intitulados sobre EA, onde percebe-se um aumento considerável em vários contextos de diversas áreas do Brasil.

Ruthkowski (1993) aponta a contemplação de um capítulo abordando a problemática ambiental, que do qual é satisfatório observar os avanços e o espaço que vinha ganhando, tanto no meio social quanto na Constituição Federal. E foi então que a partir de 1988 pela primeira vez é abordado impreterivelmente o capítulo da Constituição devotado ao meio ambiente, da qual a Constituição incumbiu o poder público de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, intensificando uma série de discussões sobre qual seria exatamente seu papel e como esta deveria ser promovida. Sem dúvida a Constituição promulgada em 1988 no que se refere as abordagens ambientais, é considerada uma das mais progressistas do mundo.

Viola (1996) aponta que o governo federal, com o intuito de tornar mais intenso os impactos sofridos contra o meio ambiente, criou alguns órgãos públicos federais, que são os principais órgãos da União, dedicados na Educação Ambiental: O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O IBAMA foi criado pela Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, com o fim de articular órgãos ambientais do governo federal com atribuições colocada em plano superior (BRAVO, 2004).

Com o propósito de articular, organizar e realizar essa política ambiental o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) e Instituto Brasileiro para o

Desenvolvimento Florestal (IBDF). Com a união desses órgãos que abordam questões ambientais como florestas, borracha e pesca, O IBAMA reuniu no Estado apoio ambiental e tradicionalista de recursos naturais. O que se pode observar até o presente momento é que em se tratando do governo federal do Brasil, a Educação Ambiental tem sido realizada tanto pela superfície ambiental quanto pela educacional.

Dias (1992) ressalva outro momento importante no cenário da educação ambiental brasileira: a criação da Lei 7347/85 que regimentou a prática civil pública por efeitos provocado pelo meio ambiente aos valores e normas de mérito artístico, paisagístico, estético e histórico, crescendo as possibilidades de protestos, manifestações e lutas por parte das entidades e funcionamentos ambientalistas.

A opinião pública começou a ganhar destaque a partir de 1987 no cenário da União, pois o Brasil vinha mostrando devastação dos bens públicos ambientais. Viola (1996) ressalta que em 1987, quando o problema das queimadas e da devastação da Amazônia ganhou destaque na imprensa nacional e internacional, o governo brasileiro viu-se forçado a abandonar sua posição de ignorar a questão e a se pronunciar favorável a tomada de medidas contrárias ao processo de destruição natural.

Em vista disso, o então presidente da época, Fernando Collor de Mello (1990) atentou para a evolução do ambientalíssimo entre os países do Norte (Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália entre outros) e a estima pública sobre o referente assunto e se posicionou observando que teria que ser umas de suas prioridades, o realce nos assuntos ambientais teria que se tornar interesse comum mais firme com os países do Norte e a sustentação de um parecer público apropriado.

Segundo Carvalho (2006, p.70), para Collor, a seleção do Brasil pra promover a ECO-92, foi tida como eventualidades para futuros projetos internacionais e para reforma política do governo, abordando uma faceta vista como a mais importante aglomeração organizada sobre EA do final do século XX.

Segundo Carvalho, (2006) em meio às adequações mundiais sobre a educação ambiental ocorreu em 1992 a Conferência Mundial no Brasil (RIO-92), e reuniu 170 países consolidando num contrato que reconhecia a educação como um elemento transformador das ações do homem por ter a capacidade de conscientizar

a humanidade para viver de forma justa, organizada e harmoniosa com o meio ambiente.

O encontro foi representado por uma equipe coordenada por José Goldemberg, o Brasil trouxe ideias ousadas para a Rio+10, como a aprovação de uma meta para que 10% da matriz energética do mundo fosse gerada por fontes renováveis como a energia solar e a eólica até 2010, ideia que infelizmente não vingou.

Em vista do que foi abordado sobre Educação Ambiental no contexto histórico global, pode-se perceber que os bens coletivos, que é o elemento natureza, tem sido abordado como questão política e bastante retratado com mais teoria, menos prática e poucos resultados satisfatórios, dentre as conferências principais e mencionadas. Sabemos que há diversos exemplos sobre catástrofes ambientais causadas por irresponsabilidades humanas em países ricos. Mas o que causa a degradação ambiental é, dentre outros motivos, a falta de EA.

O Brasil se posicionou como um dos países líderes na projeção de alguns documentos criado e relatado na ECO - 92, como a elaboração da Convenção da Biodiversidade; sendo vantajoso a outros documentos como Convenção sobre Mudança Climática; e estando de acordo com o posicionamento arдил de Desenvolvimento Sustentável alocados na Agenda 21, documentos projetados pelos congressistas participantes da ECO-92. Com o *impeachment* de Collor, seu sucessor Itamar Franco não deu continuidade aos compromissos políticos ambientais.

Nesse período de transição de governantes do Brasil, o que se destacou no mandato de Itamar Franco foi a culminância do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que é um sistema inventado para controlar o espaço aéreo da Amazônia, com a finalidade de permitir um maior controle dos madeireiros, garimpeiros e narcotraficantes que tinham se alojado na área e empregavam como característica privada. Bravo (2004)

E em 1994, ainda seguindo a percepção de Bravo (2004), o Brasil passou por sérios avanços na EA. Sediou na cidade do Rio de Janeiro o I Encontro Brasileiro de Ciências Ambientais, onde nesse encontro teve como foco os debates oriundos de acadêmicos, onde foi fundado um fórum inovador de discussões entre acadêmicos, relatando assuntos e acontecimentos sobre Ciências Ambientais de

cada ano, desde a ECO-92. Nesse mesmo ano de 1994 foi lançado o livro “Educação Ambiental: Princípios e Práticas”, de Genebaldo Freire Dias, onde adentrou na segunda edição, suplementando a primeira edição de 1992, Dias a partir de então passou a ser alusão em todo país no que se refere a EA.

No dia 15 de outubro de 1997 foi aprovado os Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs) do meio ambiente, com embasamento de orientar e dar apoio para as escolas realizarem ações educativas direcionadas para o meio ambiente de maneira coerente e com aplicabilidade em temas transversais, como: saúde, ética, pluralidade cultural, orientação sexual e meio ambiente

Houve preocupação sobre a formação do educador e a utilização de métodos e recursos didáticos para esses fins. Por isso, aconteceu a Conferência em *Thessaloníki* em 1997, cujo objetivo do evento foi analisar e trocar experiências com especialistas para articular a formação de professores e materiais didáticos para a questão.

No mesmo ano, segundo Loureiro (2006) com o envolvimento de 2.868 pessoas com o governo brasileiro, prepararam um documento e trataram de Declaração de Brasília, ele alude sobre o meio ambiente e a educação, por consequência, surgiu a Lei nº 9.795 em 27 de abril de 1999, que respalda em seu Artigo. 3º ser “parte do processo educativo mais amplo, e todos tem direito à educação ambiental”.

Entre os anos de 1997 ao ano de 2000 tiveram inúmeros encontros, seminários, palestras, *wokshops* e congressos, onde seis linhas de abordagens foram determinadas: “cidades sustentáveis; agricultura sustentável; infraestrutura e integração regional; gestão de recursos naturais; redução das desigualdades sociais; ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável.”

De acordo com Faria (2007), a Agenda 21 foi um dos documentos tratado na Eco-92, que ganhou cada vez mais espaço no cenário brasileiro entre os anos em questão, Mas foi em 2002 que foram realizadas 26 discussões e 5839 sugestões para a Agenda 21 brasileira, com intuito de atribuir modelos e mecanismos de desenvolvimento sustentável para proteger o meio ambiente. Dois títulos formam a Agenda 21 Brasileira: “Agenda Brasileira – Ações prioritárias” que fundamenta os percursos prioritário construção da sustentabilidade brasileira e “Agenda 21

Brasileira – Resultado da Consulta Nacional” resultado dos debates e discussões executada em toda nação brasileira.

E nesse mesmo ano, o Brasil passou por um momento histórico, milhões de brasileiros foram às urnas para revolucionar o cenário político brasileiro, elegendo um homem de classe baixa, operário, líder de sindicato e um dos percussores do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Luís Inácio Lula da Silva que entrou no “poder” supremo do Brasil com grandes desafios e o primeiro diminuir e/ou eliminar a dívida externa, feito esse obtido com sucesso. Porém, ocorreram contradições e insatisfações por outro lado, pois interesses econômicos se chocavam com interesses ambientais, tal como aponta Carvalho (2006 p. 76):

É o que tem ocorrido, por exemplo, com a liberação a soja transgênica para a plantação e comercialização, aonde as contínuas medidas provisórias assinadas pelo presidente tem refletido muito mais o tom verde frio dos dólares do que o verde vivo das matas. Nessa batalha injusta de um lado encontra-se o Ministério da Agricultura representado os interesses do setor agroexportador, um dos grandes responsáveis pelo superávit na balança comercial e de outro a ministra o meio ambiente.

A reformulação da política no Brasil continuou na inalterabilidade e as prioridades infelizmente permanece embasado nos fins lucrativos. A transposição das águas do Rio São Francisco é um exemplo fatídico que vem sendo um dos mais característicos, pois o Rio está com as suas águas comprometidas na geração de energia e na irrigação e em pleno século XXI, sabe-se que existem outras formas de combater a seca do Nordeste sem a necessidade de transposição do mesmo (LOUREIRO, 2006).

Portanto, pode-se observar que diversos eventos aconteceram no transcorrer da luta pela preservação do meio ambiente e de todos os recursos utilizados, a ferramenta principal é a educação, assim sendo, é fundamental que as crianças obtenham conhecimento sobre a importância do meio ambiente nos primeiros anos escolares, afinal, a Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica.

Assim, ao realizarmos este trabalho tivemos a oportunidade de tomar conhecimento de como surgiu a preocupação com a temática em questão, até chegar nas medidas e alternativas de preservação. Percebe-se que todos os

encontros que foram abordados, estavam voltados em recuperar, diminuir, preservar fontes e recursos naturais. A educação foi apresentada como estrutura de estratégias, valores e meio social para garantir um desenvolvimento harmonioso com a natureza.

3. LEVANTAMENTO BIBLIOGRAFICO:CONSIDERAÇÕES PERTINENTES ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DA EA NO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando a proposta da nossa investigação, realizamos a revisão bibliográfica de cinco obras publicadas: Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário; Educação Ambiental, abordagens múltiplas; Educação Ambiental, Reflexões e práticas contemporâneas; Meio Ambiente em cena e A questão ambiental, diferentes abordagens, a fim de identificar conteúdos que fosse de acordo com os objetivos. Através das pesquisas identificamos e conhecemos a história da educação infantil no Brasil.

A história da educação infantil no Brasil como um direito assegurado em lei, iniciou-se na década de 80. De acordo com a legislação brasileira, a Constituição Federal de 1988 reconhece a obrigatoriedade da União e o direito da criança de ser deferida em creches e pré-escolas. Diante disso, o Canal do Educador (2002-2013) ressalta que foi estabelecido e promulgado na LDB respalda em que redefine a educação infantil, para passar atender crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL,2003).

O Ministério da Educação (MEC), com o intuito de viabilizar o ensino, destacou caminhos que contribuem com o desenvolvimento cognitivo, intelectual e afetivo da criança. As propostas da grade curricular é conduzir o aluno aos desafios do mundo contemporâneo, como cidadão presente, pensativo e decisivo, entretanto, documento que guia os assuntos trabalhados no ensino fundamental, e é subdivido em vários temas transversais, dos quais está incluso a temática da Educação Ambiental. pode-se dizer que existe ainda existe pouco trabalho na Educação Infantil no que se refere a EA (ANGOTTI, 2001).

Segundo Oliveira (2010) a educação infantil é a base da construção do conhecimento educacional, é uma fase fundamental e imprescindível para a formação da criança. Desse modo, o ambiente escolar deve completar questões relacionadas a vida pessoal, social e ambiental, paralelamente, contribuem para o desenvolvimento integral da criança e influencia na visão crítica e analítica dos fatores sociais e ambientais.

A educação infantil deve possuir uma visão positiva sobre a preservação do meio ambiente com fundamentos em opiniões coletivas e individuais, a interação ativa da criança com o meio ambiente fortalece o vínculo entre o homem e a natureza.

A criança após seu nascimento faz parte de uma sociedade, e vive no meio ambiente, e não tem como evitar que ela não use dos elementos naturais, dessa forma, o que deve acontecer de fato é a interação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, e essa ação é possível com a utilização adequada das espécies animais, água, ar e o solo. É nesse contexto que a educação ambiental na educação infantil contribui na formação de indivíduo consciente e preservadores do meio ambiente.

Para Guimarães (2007), a educação é capaz de transformar ou construir uma nova percepção de mundo no ser humano, assim sendo, quando a criança, desde os primeiros anos de vida escolar obter conhecimentos sobre a importância do meio ambiente, age de maneira preventiva no transcorrer da vida, já que a educação ambiental oferecer a oportunidade de as crianças conhecer as consequências de suas ações e quais podem minimizar a exploração ambiental indevida.

Conforme Mourão (2004), a educação infantil é fundamental na construção de uma sociedade justa e consciente de seu papel, mas é necessário a escola fornecer sua contribuição nessa construção de conhecimento, pois muitas vezes a sociedade que a criança está inserida não possui em seus costumes a valorização do ambiente natural, e conseqüentemente esse membro agirá de acordo com o visualizado no cotidiano social.

No momento em que a questão ambiental é abordada a partir da educação infantil, existe maiores chances de no futuro com a consciência livre da alienação e o meio ambiente livre da extinção ter ações simples no cotidiano escolar.

A escola agindo de maneira simplificada poderá cooperar para uma nova formação de indivíduo consciente de suas ações, além de ser capaz de despertar sobre a responsabilidade que todos têm na preservação dos elementos pertencentes ao nosso meio ambiente. Tanto a sociedade como a escola possuem uma influente participação na melhoria do meio ambiente, ambas necessitam desenvolver um vínculo ativo para que os projetos e ações ambientalistas alcancem

seus objetivos “proteger e preservar os bens naturais”. O meio ambiente defasado acarreta para a vida de todos, consequências de má qualidade de vida, e só a educação é capaz de modificar essa realidade (BRASIL, 1997).

3.1 O ensino da educação ambiental na prática docente na educação infantil

Prosseguindo as ideias do autor, é crucial que EA seja trabalhada na educação infantil, cabendo ao docente atuar com compromisso e conhecimento do assunto em questão, além de ser essencial utilizar de métodos e estratégias adequadas ao público, pois certamente favorecerá o processo de ensino e aprendizagem. Afinal, a função do educador é permitir que os alunos alcancem os objetivos curriculares com êxito, assim descreve Brasil (1997, p. 77) “o professor precisará conhecer mais amplamente os conceitos e os procedimentos da área para poder abordá-los de modo adequado à faixa etária”. Vale destacar que é cabível ao educador analisar cuidadosamente sua ação, sem esquece-se do perfil do público-alvo a qual será destinado o ensino.

Convém mencionar que não é necessário o educador possuir uma formação adequada para trabalhar a EA, o que se precisa de fato é informação necessária para conduzir o conteúdo de maneira atraente, simples e objetiva. Para Taglieber (2012) o professor deve buscar informação que enriqueça seus conhecimentos através de pesquisas em: revistas, internet, livros e outras.

Ainda é consistente mencionar que durante a prática do educador na transmissão do ensino sobre a importância da preservação ambiental, pouco tem sido abordado sobre os principais fatores que acarretam essa degradação ambiental, emitindo algumas informações (TAGLIEBER, 2012).

Prosseguindo os pensamentos do autor, mesmo AE ser fundamental na sala de aula, alguns professores mostram pouco interesse sobre o assunto e propagam diversas justificativas.

Suas justificativas e explicações: falta de tempo, excessiva jornada de trabalho, necessidade do trabalho em várias escolas, quantidade de alunos por turma, correções dos trabalhos e provas, dificuldade no preparo das aulas, falta de livros-texto e de material pedagógico, baixa remuneração, cansaço, impossibilidade de participar de atualizações, entre outras. (TAGLIEBER, 2012, p. 2).

Não se pode negar que existe muitos professores que agem dessa forma por serem subordinados por um currículo escolar que pouco disponibiliza espaço para trabalhar a educação ambiental de forma eficiente, agem como mecanismo para realizar tarefas fragmentadas, deixando o aluno e sociedade como um todo com a ausência de conhecimentos que fundamentam a vida humana e do meio ambiente.

Para Brasil (1997) o professor e a escola devem ter consciência que necessita ensinar o educando através do ensino escolar com embasamentos em conhecimentos ambientais. E para que isso de fato venha acontecer, o educador deve ser estimulado pela instituição a ensinar e aprender os elementos essenciais pertencentes ao meio.

Para melhor facilitar a compreensão do aluno, o educador deve buscar métodos e estratégias que estabeleçam a ligação do aluno com a problemática, como enfatiza Brasil (1997, p. 48) “oferece instrumento para que o aluno possa compreender problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e do planeta”, significa dizer que, cabe ao mediador do ensino organizar através de um planejamento participativo a projeção da interação do aluno, a visualizar o que tem dentro e fora da escola referente à problemática ambiental.

Ação pedagógica do professor necessita ser elaborada para que o aluno tenha contato ativo com a destruição, além de lhe mostrar subsídios que podem cooperar para a restauração do ambiente, o incentivo do educador poderá ocorrer através de pesquisa em diversas fontes investigativa (GUIMARÃES, 2007).

Para Penteado (1994) no momento que o professor oportuniza as crianças da educação infantil ter contato a degradação torna-se mais fácil o mesmo perceber que necessita ser feito algo rapidamente para a problemática ser sanada da atmosfera, e como ponto de partida nessa ação transformadora o bairro da escola ou dos alunos podem servir como cenário de pesquisa e intervenção.

Barbosa (2007) comenta que o diálogo é outra ferramenta que auxilia o professor na transmissão e aceitação dos alunos, pois propõe para as crianças a oportunidade de interagir como professor na troca de experiências. A conversação entre professores, aluno e vice-versa é capaz de unir a sociedade por um único objetivo de maneira harmoniosa. “Conversar, cooperar e conviver são ações que

precisam do outro e desenvolvem comportamentos mais humanos” (BARBOSA, 2007, p. 47).

A prática do docente para ser desenvolvida com eficácia na educação infantil necessita usar da criatividade e dinamicidade, pois ambas fazem um grande diferencial durante o ensino. O educador dinâmico ensina e aprende com as crianças, além de entusiasmar as crianças aprenderem e compreenderem entre a diferença do ambiente preservado e degradado, ciclo da água, ciclo orgânico, ciclo e fluxos da natureza entre outros (SORRENTINO, 2005). Entretanto, apesar das inúmeras vantagens atribuídas a EA na educação infantil, atualmente muitos educadores considera-se um desafio.

3.2 O desafio da educação ambiental na educação infantil

Segundo Oliveira; Obara e Rodrigues (2007), quando um educador atua na educação infantil automaticamente é desafiado, pois a prática requer do profissional um perfil adequado, conhecimentos dos métodos que respeitem a faixa etária das crianças entre outras peculiaridades. Além disso, ao trabalhar a EA nesse nível escolar surgem novas barreiras, uma vez que, a temática deve ser trabalhada de forma transversal e exige dinamicidade, criatividade, interesse e conhecimento.

A educação ambiental no ensino infantil é essencial na vida do educando, pois fornecem as estruturas da vida educacionais subsídios que favorecerá a vida pessoal, social e ambiental (HANSEN, 2013).

Os benefícios da EA na educação infantil estão focalizados nos objetivos traçados ao nível escolar, sem falar que a criança que se encontra em formação de personalidade, e esse momento é oportuno para a criança ter conhecimento que quando o ser humano age de maneira insolente, acarreta seu meio social consequências que podem comprometer o bem-estar de todos os seres vivos. Desse modo, é de fundamental importância que educação ambiental seja trabalhada no ser humano desde criança, para que se torne um adulto consciente.

Oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fatos naturais e humanos a esse respeito, desenvolva suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais que lhe permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio, colaborando para que

a sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa; protegendo, preservando todas as manifestações de vida no planeta; e garantido as condições para que ela prospere em toda a sua força, abundância e diversidade (BRASIL, 1997, p. 53).

O aprendizado adquirido pela criança na educação infantil ultrapassa os muros escolares, assim sendo, é fundamental o professor buscar sanar as dificuldades que podem surgir no transcorrer do processo de ensino e aprendizagem. Brasil (1997) ressalta que a escola e o educador para eliminar as dificuldades de trabalhar essa questão, deve assumir uma postura ambientalista, para que esse comportamento seja refletido na criança, pois de fato, a dificuldade na maioria das vezes não está vinculada com a forma do ensino, mas sim na postura do transmissor. E para mostrar para os educandos uma nova visão sobre os fatores ambientais é formidável elaborar situações para o pensamento crítico das crianças serem aguçados.

Para melhor desenvolver na criança benevolência pela preservação deve-se trabalhar a sensibilidade humana, para que o próprio passe a valorizar e apreciar os valores naturais existentes na terra. Neste caso, o professor deve usar métodos inovadores para envolver o aluno de maneira atraente (SORRENTINO, 2005).

Para Guimarães (2007), não é fácil desenvolver o ensino a EA na sala de aula da educação infantil, e dentre os principais desafios está na não existência de uma disciplina direcionada, o que de certa forma contribuiu com a desvalorização, já que as demais disciplinas possuem espaços convencionais. Consequentemente muitos educadores sentem-se desorientados ao aplicar a temática por falta de livros didáticos que abordem a EA. Seguindo os pensamentos do autor, o grupo governamental oferece somente revistas que sugerem aos educadores realizarem campanha de conscientização na escola e no bairro.

Dentre os meios que podem minimizar os efeitos do desafio de ensinar a EA na educação infantil está o trabalho em equipe entre os profissionais, em que é crucial que todos formulem um círculo interdisciplinar.

O esforço coletivo de diferentes professores em suas áreas de conhecimento na realização conjunta das atividades com um objetivo comum poderá resultar em um trabalho interdisciplinar que muito enriquecerá o desenvolvimento da educação ambiental na escola (GUIMARÃES, 2007, p. 59).

É importante ressaltar que, embora que os educadores encontrem desafios para atuar de maneira eficaz, o tema ambiental tem fácil aceitação por parte das crianças, e essa afeição oportuniza o professor realizar momento de interatividade entre a criança e o meio ambiente, havendo a oportunidade de estimular a realização de oficinas, feiras de ciências, projeto e estudo, e em meio ao projeto o professor poderá expandir os valores de respeito, responsabilidade, compromisso e visão global com enfoque no meio ambiente.

3.3 Métodos e estratégias utilizadas durante o ensino da educação ambiental na educação infantil

Como mencionado anteriormente, durante a prática pedagógica do educador, faz-se necessário que ele utilize métodos e estratégias adequadas para a faixa etária dos alunos, atendas suas necessidades cognitiva, afetiva e intelectual. Além de ser fundamental despertar interesse das crianças em aprender.

Segundo Olivares (2011), quando o objetivo do professor da educação infantil é trabalhar a Educação Ambiental, é preciso ser levado em consideração o desenvolvimento da criança e sua capacidade de assimilação, ou seja, não adianta o professor apresentar algo, se não obtiverem capacidade de assimilar seus efeitos. Desse modo, o lúdico pode ser uma ferramenta fundamental nesse processo.

Para Raul (2011), é brincando que a criança se desenvolve a socialização, mantém a Inteligência e os reflexos ativos, em resumo é o lúdico que ajuda a ampliar a capacidade e habilidade das crianças. É brincando que a criança treina para a vida, é na brincadeira que ela aprende a dividir, superar obstáculos, competir, renunciar seus gostos e perceber o que é certo e errado realizar contra si, sociedade e meio ambiente.

Seguindo o pensamento do autor, devido à educação infantil ser um local destinado à criança, o lúdico deve fazer parte das práticas pedagógicas da instituição de ensino, pois durante o brincar o aprendizado torna-se prazeroso. (RAU, 2007, p.42) afirma que, “brincadeira infantil possibilita à criança a imitação de diferentes papéis, comumente de seu cotidiano, ação que facilita a expressão de sentimentos e relações que estabelece com as pessoas do seu meio”.

A atividade lúdica hoje é considerada uma forma de terapia para a criança, porque quando a criança brinca tem a oportunidade de libertar sentimentos, demonstrar suas emoções, como também desenvolver uma nova visão de mundo. É na brincadeira que a criança exercita suas habilidades e relações sociais aprendendo a administrar as situações que ocorrem no seu cotidiano, como respeitar o meio ambiente entre outras características. Portanto, pode-se afirmar que a escola não deve fornecer somente conteúdos curriculares, mas tenha a preocupação com o bem-estar da criança, visando no interesse de formar um indivíduo crítico e analítico sobre as ações que envolvem a natureza (HANSEN, 2013).

O professor que atuar na educação infantil precisa fazer uso da criatividade para envolver as crianças nas ações pedagógicas e ambientais. Seria fundamental que a EA não fosse trabalhada somente em datas comemorativas como por exemplo: dia da água, dia da árvore etc., afinal, não é possível desenvolver uma visão sustentável abordando o tema somente de forma camuflada.

Dentre os métodos que podem ser utilizados como fonte de incentivo da prática da EA está a observação e exploração das crianças no meio. A curiosidade das crianças contribui com novas descobertas e a preservação.

É através da curiosidade, que a criança desenvolve cada vez mais a capacidade de agir, observar e explorar tudo o que encontra ao seu redor. Por isso, necessita de orientações para ter uma aprendizagem significativa que contribua para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicomotor e social (HANSEN, 2013, p.15).

Envolver as crianças da educação infantil nos fatores que estão relacionados a preservação do meio ambiente é uma necessidade, em que desde pequeno precisa ter a percepção que todos somos responsáveis pela preservação, caso contrário as consequências podem ser refletidas de maneira negativa no presente e no futuro. As crianças serão os homens e mulheres da nação e sem a conscientização da importância do meio ambiente durante a formação de caráter torna-se mais complexo adotar um comportamento ambientalista (GÍRIO, 2010).

Para as crianças construírem uma visão crítica e analítica sobre os efeitos da degradação do meio ambiente, o educador deve proporcionar experiências enriquecedoras, contudo, cada ação necessita de um planejamento, na qual os

objetivos devem estar embasados em pesquisas, comparações com uso de imagens demonstrando o antes e o depois da exploração do homem, entre outras. Enfim, “não basta que a criança aprenda a importância de preservar o meio ambiente, é necessário que ela tome como exemplo as atitudes dos adultos de seu convívio como educadores e familiares” (GÍRIO, 2010, p.18).

4. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Com o intuito de aprimorarmos mais as concepções sobre esse trabalho, foram realizadas leituras de 5 livros, cujo critérios utilizados para escolha dos livros foram: metodologia abordada, as propostas e os materiais. Através dessas leituras, esperou-se descobrir como investigar e analisar o trabalho desenvolvido junto as crianças da educação infantil no que se refere às questões ambientais.

De acordo com os estudos, ao ser realizado as revisões bibliográficas, identificamos que todos os autores tiveram preocupações em trazer em suas obras, conceitos e motivos pelos quais se devem estar sempre estudando a EA.

Nos capítulos da pesquisa os resultados foram: Primeiro trazer informações sobre o trabalho, tema, objetivos, metodologia e estrutura. No segundo foi conceituado o que é EA e os processos sociais que formaram os indivíduos preocupados com os problemas ambientais que foram compreendidos através de documentos oficiais, pelos autores e legislação. No terceiro capítulo fizemos um levantamento bibliográfico e as considerações pertinentes acerca das contribuições da EA no desenvolvimento na Educação infantil.

O motivo pelo qual, fez com que eu escolhesse os livros mencionados, foram as relações que os autores traziam no decorrer das suas obras, eles tinham como propostas metodológicas: reflexões, críticas, sugestões e soluções sobre a temática pesquisada.

A principal descoberta que constatamos é que a maior parte das atividades relacionadas na escola, no segmento da educação infantil sobre EA estão voltadas para soluções imediatistas, resolver de maneira simples, situações complexas e que são abordadas em forma de atividades. Visto que o trabalho com as crianças deve ser explorado com o meio, através de contato com a natureza, da própria relação que a criança constrói com o mundo natural e social que de algum modo implica com a relação com o ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos através do processo de desenvolvimento deste trabalho que uma pesquisa não se finaliza nos seus objetivos. Pois durante o período de construção, foram surgindo novas possibilidades de questionamentos a serem descobertos.

Neste sentido, esta pesquisa contribui ainda, por meio de informações apresentadas sobre a importância de se trabalhar essa temática no nosso dia a dia, com ações e atitudes que podem e devem partir de cada um.

Na intenção de aprimorarmos sobre as concepções, os ambientes educativos sempre foram alvos de pesquisas, independente dos tipos de segmentos educacionais e localizações. Essa pesquisa teve como base revisões bibliográfica de autores relevantes que conseguiram unificar as principais informações dessa temática para serem discutidas.

Neste sentido o objetivo geral foi investigar o trabalho desenvolvido junto as crianças da educação infantil no que se refere às questões ambientais e como objetivos específicos: descrever o contexto histórico global e o conceito da educação ambiental; identificar como as questões ambientais tem afetado as criança, e por fim descrever os desafio e as praticas pedagógicas na EA.

Pelo contexto dessa pesquisa, algumas atividades não foram possíveis realizar, mas através de pesquisas e levantamentos, é interessante e relevante que outros pesquisadores, outras pessoas interessadas pelo tema possam investigar, pois outras reflexões poderão contribuir para o enriquecimento desse trabalho. Temos convicção de que no processo de descoberta algumas questões não obtiveram respostas.

Contudo, este trabalho fica aqui alguns questionamentos para pesquisas futuras: Como uma criança pode contribuir com o meio ambiente? O que os pais podem fazer para contribuir com essa educação? Como preparar as crianças para o futuro com essa temática? Por que devemos conhecer a trajetória da Educação Ambiental?

O estudo foi fundamental e relevante para minha formação acadêmica, devido ser uma temática que eu procuro me posicionar, tendo sempre interesse pessoal e profissional, pois minha mãe e minhas tias sempre se mostraram preocupadas e interviam sempre que possível no que se refere ao meio ambiente. Através da prática e exemplos, surgiu o meu interesse. O aspecto facilitador dessa pesquisa foi observar como os autores retratam esse assunto trazendo sempre uma trajetória para compreender a partir de quando iniciou o interesse do homem para com o nosso meio natural.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, José André Peres; AUTH, Milton Antonio. **Ciência e tecnologia implicações sociais e o papel da educação**. Catarina. 2 ed. Florianópolis, SC. 2001

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Temas Transversais: como utilizá-los na prática educativa?** 3ed. Curitiba: Ibpex 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997

_____. Decreto 4.281, de 25.06.2002. **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. DOU 26.06.2003.

BRAVO, Ismael. **A educação ambiental e as diversas correntes pedagógicas**. In: **Educação ambiental: construção da proposta pedagógica**. São Paulo: Globo, 2004.

CARVALHO, Vilson Sérgio. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2006.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Pesquisa e Prática profissional: Procedimento de Pesquisa**. Curitiba, 2007.

COSTA JKO. **O Ministério Público e o controle da Administração Pública Ambiental**, 2001 Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/147.htm>. Acesso: 17. jun.2014

DIAS, G. F. – **Educação Ambiental; Princípios e Práticas**. SP: Gaia,1992

FARIA, Vitoria Líbia Barreto de. **Currículo na Educação infantil**. São Paulo: Scipione, 2007

GÍRIO, Maria das Graças de Castro. **A preservação do meio ambiente na educação infantil**. In: http://www.neteducacao.com.br/portal_novo/?pg=artigo&cod=1705 Acesso em: 30.jul.2014

GRUN, Mauro. **Ética e educação ambiental: A conexão necessária**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

GUIMARÃES, M. A. **formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2007.

HANSEN, Karem Susan. **Metodologias de ensino da educação ambiental no âmbito da educação infantil**. Disponível em:

<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1467&class=022013>. Acesso: 15.jul.2014

HENRIQUES, Ricardo, et al. **Educação Ambiental**: aprendizes de sustentabilidade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Cadernos SECAD 1. Brasília, março de 2011

JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA, 2004

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MAY, Peter H; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MOURÃO, Lais. Revista brasileira de **educação ambiental** / Rede Brasileira de Educação Ambiental. n. 2 (Fev. 2004). – Brasília: 2004.

OLIVARES, Maria de Fátima Hiss. **A importância do Professor na vida da criança**. Disponível em <<http://www.alumiar.com/index.php/saude/51-psicologia/218-aimportanciadoprofessornavidadacrianca>> 23.jul. 2014

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil fundamentos e métodos**.- 7ed. – São Paulo: Cortez,2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, André Luis de; OBARA, Ana Tiyomi; RODRIGUES, Maria Aparecida. **Educação ambiental: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental**. Vol. 6. out/Nov - Maringá/PR. 2007.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Metodologias em educação ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. (Org.). **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. 5. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

_____. **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. 6. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

PENTEADO, H. Dupas. **Meio Ambiente e Formação de professores**. (coleção questões de nossa época). São Paulo: Cortêz, 1994

RAU, Maria Cristina T. Dorneles. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica**. Curitiba, PR: Ibplex, 2011

ROCHA, Ana Paula de Oliveira Rocha. **A Educação ambiental no contexto escolar como elemento indispensável para transformação da consciência ambiental.** Aparecida de Goiânia, 2012.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Educação ambiental: abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SORRENTINO, Marcos. **Educação ambiental como política pública.** São Paulo: SMA, 2005.

SULLIVAN, Edmund O. **Aprendizagem transformadora: uma visão educacional para o século XXI.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

TAGLIEBER, José Erno. **Formação continuada de professores em educação ambiental: contribuições, obstáculos e desafios.** Univali: São Paulo, 2012
TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

VIOLA, E. J. – **A Multidimensionalidade da Globalização, as Novas Forças Sociais Transnacionais e seu Impacto na Política Ambiental do Brasil: 1989 - 1996.** Ferreira, L & Viola, E.(ORGS) – Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. Co.Momento.